

Ata da 50ª (Quinquagésima) Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba.

Data: 21 de Março de 2019

Horário: 09:00 hrs

Local: Centro de Educação Ambiental Parque Felisberto Neves

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de 2019, às 09:00 horas, deu-se início à 50ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, no Centro de Educação Ambiental do Parque Felisberto Neves – Avenida Edméia Mattos Lazarotti 3000 Bairro Ingá, no município de BETIM, Estado de Minas Gerais. A composição da mesa se deu da seguinte forma: Winston Caetano de Souza representante VEREDAS E CERRADOS E Presidente do CBH Paraopeba; Rafaela Lajes Lima Representante da Prefeitura Municipal de Caetanópolis e Secretária do CBH Paraopeba e ainda foi convidado para compor a mesa João Eustáquio Beraldo Teixeira - PETROBRÁS. Estavam presentes também: Vilma Moreira dos Santos – ICMBio; Lauro Batista Tuler – IEF; Fernando Silva de Paula – ARSAE MG; Fúlvio Rodriguez Simão – EPAMIG; Thiago Figueiredo Santana – IGAM; Leonardo Gomes Lara – Prefeitura Municipal de BETIM; Anderson Zacharias Mourão – Prefeitura Municipal de IBIRITÉ; Arthur Cupertino Serpa dos Santos – Prefeitura Municipal de SÃO JOAQUIM DE BICAS; Alessandro Palhares – COPASA; Deivid Lucas de Oliveira – FIEMG; Márcio Alvarenga Miranda – CEDRO TEXTIL; Erivelton Martins do Carmo – Tear Têxtil Ind. e Com. Ltda; Guilherme da Silva Oliveira – FAEMG; Edilene Samara Coimbra Vital – Essencis MG Soluções Ambientais S.A; Zilma Eva França – Cooperativa Agropecuária Industrial e de Consumo de Paraopeba Ltda; Márcio Francisco Sampaio – Vale S.A; Sueila Pereira da Cruz – IBRAM; Filipe de Lorenzo Framil – Instituto Inhotim; Breno Carone – ARCA AMASERRA; Liliane Campos de Souza Araújo – ONG MACABI; Cléverson Ulisses Vidigal – FONASC; Ronald Fleischer – ONG Abre a Serra da Moeda; Mauro da Costa Val – Associação Ambiental Veredas e Cerrados; José Antônio da Cunha Melo – ABES e Heleno Maia dos Santos Marques do Nascimento – IHMBio. **I – Credenciamento aos interessados a participar, sem voto, com voz.** Winston Caetano iniciou a reunião agradecendo os serviços prestados por Wesley Silva que deixou a secretaria administrativa do conselho, pois foi chamado em concurso interno pela MGS, e deu as boas vindas à Valdinéia Santos Pereira que será quem ficará em seu lugar. **II Abertura da sessão, verificando o quórum e leitura das justificativas de ausência.** O Presidente Winston, inicia a sessão e informa que há quórum regimental para a pauta, estavam presentes 28 conselheiros. **III - Leitura do Expediente e das comunicações da ordem do dia. IV – Discussões, votações e deliberações:**

IV. 1 – Leitura e votação da ata da 49ª Reunião Ordinária. A ata anterior foi colocada em votação e aprovada com ressalvas: Alessandro (COPASA) disse que seu voto em relação à outorga da Usiminas não foi constado em ata, seu voto foi pelo indeferimento da concessão da outorga. Não havendo mais observações a ata da 49ª reunião foi aprovada. **IV.2 Situação real da Bacia do Rio Paraopeba 55 dias após o rompimento da barragem B1 da Vale em Brumadinho. Ações realizadas, em andamento e previstas para recuperação ambiental da Bacia – IGAM.** Katiane Cristina de Almeida Brito analista ambiental, responsável pela gerência de monitoramento de qualidade das Águas do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM iniciou apresentação falando sobre a atual situação do Rio Paraopeba disse que no mesmo dia em que se deu o rompimento da barragem, imediatamente deu início ao plano de monitoramento emergencial da qualidade da água, para que se verificassem os impactos causados pelo rompimento. Os dados foram recolhidos até o dia 17 de março, em 21 pontos do leito do rio, em parceria com o CPRM e a Copasa

Segundo ela, é importante destacar que a análise dos dados coletados não são tão alarmantes quanto a mídia tem veiculado, e que “não há sinalização de chegada de rejeito a jusante da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo,”. “Os dados do monitoramento do Igam para o oxigênio dissolvido variaram entre 5,9mg/L e 8,8mg/L e estão dentro dos limites estabelecidos do CONAMA. Eu não acredito que o rio Paraopeba está morto”, afirmou.

Para Katiane, o mais preocupante são os índices de chumbo e mercúrio, metais que se movimentaram pelo rio Paraopeba junto com a pluma de rejeitos, chegando até Pompéu. As chuvas que ocorreram na região após o rompimento da barragem contribuíram para o aumento da concentração desses metais nos pontos de monitoramento. **Ronald Fleischer (Geólogo) e Mauro da Costa Val (Engenheiro Civil), conselheiros do CBH**

51 Paraopeba, pontuaram que chumbo e mercúrio não são metais usados normalmente na mineração, e
52 sugeriram, a partir da leitura dos dados de monitoramento, que esses metais tenham vindo de outras fontes
53 que não dos rejeitos que vazaram após o rompimento da barragem em Brumadinho. Katiane ainda disse que,
54 é importante que os membros do comitê fiquem por dentro dos boletins informativos que estão disponíveis
55 no site do IGAM. Winston falou que os boletins de monitoramento estão sendo encaminhados ao comitê e
56 ainda repassados aos conselheiros. O Presidente ainda indagou quais são as ações que estão sendo tomadas
57 em relação a recuperação ambiental, Thiago Figueiredo Santana diretor de planejamento e regulação do Igam
58 informou que estas ações são de responsabilidade da Vale, e que o instituto apenas avalia a sua efetividade.
59 Neste sentido, Katiane informou que o monitoramento não demonstrou a efetividade da cortina de contenção
60 de rejeitos da Vale, e que o Igam deve publicar em breve um parecer sobre isso. Thiago disse ainda que
61 medidas estão sendo tomadas a nível de SISEMA que o IEF está liberando portarias que proíbem a pesca no
62 local, e a FEAM tem feito o monitoramento na questão dos rejeitos. Em seguida o senhor Mauro da Costa Val
63 tomou a palavra para expor sobre as questões do rompimento, disse que é necessário fazer o monitoramento
64 da carga e não de concentração de metais, que ao longo de 7 dias após o rompimento da barragem houve
65 uma concentração de algumas toneladas de metais sobre o baixo Paraopeba Mauro disse que a população
66 local está sofrendo pois o naquela parte o rio não foi atingido pelo rejeito mas mesmo assim a piscicultura foi
67 proibida lá. Ressaltou ainda que é errado dizer que o rio Paraopeba não está morto e sim “doente”. Disse que
68 o povo está sem representatividade com relação as medidas que irão ser tomadas, que a mesma necessita de
69 um auxílio, que o estado precisa apoiar essas pessoas. Após, Ronald (ONG Abrace a Serra da Moeda) trouxe ao
70 CBH uma apresentação com seus estudos e questionamentos ao estado com relação ao rompimento, segundo
71 ele as informações prestadas pelo Igam não é claro, quando segundo o próprio os metais: chumbo e mercúrio
72 não são metais usados normalmente na mineração, e sugeriu, a partir da leitura de dados de monitoramento,
73 que esses metais tenham vindo de outras fontes que não são de rejeitos que vazaram após o rompimento da
74 barragem em Brumadinho. Thiago do Igam esclareceu que as avaliações do órgão datam de 20 anos de
75 medição da qualidade da água e que os estudos se baseiam em uma média histórica da base de dados da bacia
76 para que assim seja feita a manifestação do órgão. Ronald disse que os questionamentos sobre a existência de
77 chumbo e mercúrio são de responsabilidade da Vale, já que era a empresa a responsável pela barragem, e que
78 o Igam deveria agir no sentido de analisar essas ocorrências. Thiago explicou que tem sido feito essa análise
79 juntamente com a Feam e que haverá uma resposta para essas questões. Breno Carone (ARCA AMASERRA)
80 Questionou Ronald na questão da existência de chumbo e mercúrio no rio, explicou que o rio Betim é um dos
81 maiores poluidores do Paraopeba e que o ele dispensa muito desses metais. Cleverson (FONASC) pontuou que
82 solicitou dados técnicos da Vale e que a mesma não forneceu tais dados, foi questionado novamente a
83 efetividade das cortinas de contenção de rejeitos, Katiane informou que foram instalados pontos de
84 monitoramento para avaliar a efetividade dessas cortinas e o que foi verificado é que não havia uma
85 efetividade, informou ainda que o Igam emitirá nota técnica a esse respeito. Cleverson ainda solicitou com a
86 ajuda do MP que a Vale retirasse dos meios de comunicação às mensagens que estão circulando sobre as
87 cortinas de contenção já que elas não têm surtido nenhum efeito para o controle do rejeito. João Clímidio
88 (FONASC) pediu que a esta plenária não se caracterizasse apenas por falas e discussões, que é necessária que a
89 partir delas que efetivamente seja objetivo nas ações e que haja mais proatividade por parte do conselho.
90 Disse ainda que as concessões de outorga devem ficar mais rígidas e que os órgãos gestores mais eficazes na
91 aplicação desses parâmetros. Felipe Framil (INHOTIM) perguntou sobre as águas subterrâneas já que até o
92 momento as falas do governo sobre a segurança de poços artesianos não foi satisfatória. Thiago (Igam) disse
93 que o órgão está analisando essas águas para fazer uma manifestação técnica a respeito, ainda falou que a SES
94 mantém a recomendação da não utilização de águas subterrâneas de intervenções situadas a 100 metros da
95 calha do rio Paraopeba. O Igam irá se manifestar nos próximos dias junto do MP para determinar novas ações
96 a respeito sobre a utilização da água.

97 IV.3.1

98 IV.3.2

99 **IV.4 – Explicação do Ministério Público/Promotoria da Bacia do Rio Paraopeba, sobre as tratativas em**
100 **audiências com a Vale S/A, para amenizar os impactos sócios ambientais ao longo da Bacia do Paraopeba:**

101 O convidado Promotor Francisco Chaves Generoso começou agradecendo pela oportunidade de apresentar ao

102 conselho as medidas já tomadas pelo MP. No dia 25/01 requereu em juízo o bloqueio de 5 milhões de reais da
103 Vale para fazer frente as medidas emergências do rompimento da barragem. Segundo ele existe uma equipe
104 de auditoria em campo acompanhando as medidas de reparo e reforço das estruturas remanescentes e de
105 contenção da lama em campo, trazendo informação em tempo real ao Ministério Público. Ele destacou
106 também que ao contrário do que foi feito em Mariana foi montado uma força tarefa com 20 promotores cada
107 um deles especializados em uma das matérias envolvidas no rompimento (socioeconômica, socioambiental e
108 criminal). O Promotor destacou que uma das medidas que foram tomadas contra a Vale é a de que ela garanta
109 a estabilidade das estruturas remanescentes, uma outra medida é a de uma elaboração e apresentação
110 imediata aos órgão competentes de um plano de contenção da poluição decorrente dos resíduos oriundos do
111 rompimento, esse plano deverá conter minimamente sem prejuízos de outras medidas contemplar os
112 seguintes pontos: A contenção do avanço da pluma no rio; a contenção de contaminantes no ar; prevenção de
113 contaminação no solo, das águas, do lençol freático e das águas minerais e ainda a estabilização do material
114 mobilizado em função do rompimento. O promotor ainda destacou que não adianta ter uma apresentação,
115 aprovação e execução desse plano se não houver um correto monitoramento a respeito dessa implementação
116 assim é necessário que a Vale também apresente um plano de monitoramento, nesse ponto ele ainda defende
117 a inserção do comitê no contexto das discussões do plano. Segundo o Dr. Francisco a Vale deverá reparar
118 integralmente os danos causados com o rompimento com previsto na constituição, e ainda apresentar um
119 plano global de recuperação da bacia hidrográfica com duração de no mínimo 10 anos contendo
120 obrigatoriamente: Um programa de recuperação de preservação de área permanente na bacia, um programa
121 de recuperação das nascentes da bacia, um programa de fortalecimento de manutenção das estruturas de
122 triagem e reintrodução da fauna silvestre, um programa de melhoria da qualidade da água, coleta e
123 tratamento de esgoto de resíduos sólidos, programa de educação ambiental que contemple um programa de
124 conscientização e preparação para emergências ambientais, programa destinado ao apoio e fortalecimento
125 das unidades de conservação existentes na bacia, programa de monitoramento da estruturação de projetos e
126 de gerenciamento do plano global de recuperação da bacia hidrográfica. Esses planos devem ser apresentados
127 e acompanhados pelos órgãos públicos competentes e se adequar ao que for exigido pelo órgão. A seguir foi
128 aberto para as perguntas dos conselheiros, Mauro da Costa Val (Veredas e Cerrados) sugeriu ao Promotor que
129 para o município de Brumadinho fosse dedicado uma parcela das contratações que irão ser feitas já que a
130 economia do município teve uma grande queda depois do rompimento. Em seguida José Antônio (ABES) falou
131 sobre o plano diretor do comitê, disse que se nesse que já é o segundo plano diretor do comitê não fizer
132 menção ao que aconteceu no dia 25/01 o comitê estaria fadado a ter outro plano diretor falido. Dr. Francisco
133 sugeriu que fosse feita a articulação do comitê, Igam e a associação que está responsável pela elaboração do
134 plano diretor. Thiago (Igam) disse que o órgão está elaborando um termo de referência sobre o assunto e que
135 este não irá tratar exclusivamente do rompimento, mas sim para a recuperação da bacia como um todo. Breno
136 (ARCA AMASERRA) Questionou sobre as análises que estão sendo feitas pela Vale a pedido do MP, se os
137 técnicos estão sendo indicados pelo próprio MP ou se é a Vale quem contrata. E também questionou a
138 possibilidade desses estudos serem também submetidos ao comitê para discussão. O Promotor respondeu
139 dizendo que estes estudos ainda estão sob avaliação do poder judiciário que após o deferimento será
140 determinado a Vale que cumpra tais análises. Fúlvio (EPAMIG) questionou sobre o rejeito que estaria
141 represado e que continua poluindo o rio, ele ainda falou do plano de educação socioambiental da bacia já era
142 um desejo antigo dos membros do comitê, seu questionamento era se a Vale poderia não aceitar realizar o
143 plano uma vez que o dano ambiental na bacia não fora causado somente por ela. O Promotor respondeu que a
144 equipe citada por ele de auditoria está em campo verificando a eficiência do trabalho da Vale, se ela está ou
145 não mobilizada no sentido de conter o rejeito, sobre o plano socioambiental ele explica que existem danos
146 ambientais passíveis de recuperação in natura e outros que não são para estes o que irá acontecer é uma
147 compensação ambiental (indenização ambiental convertida em prol da sociedade) e que estas compensações
148 seguem uma ordem de prioridade, e que um último caso que elas se converteriam em perdas e danos. Heleno
149 Maia (HMBio) pontuou sobre a Vale ter entrado em municípios fazer obras e a população não estar ciente do
150 que estaria acontecendo.

WINSTON CAETANO DE SOUZA

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do
rio Paraopeba- CBH Paraopeba

RAFAELA LAGES LIMA

Secretária do Comitê de Bacias Hidrográficas
do rio Paraopeba – CBH Paraopeba